



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 124

**SINDICATOS PATRONAIS RURAIS *VERSUS* SINDICATOS DE
TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DO PARÁ.
NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Belém, Agosto de 1999

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 124

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

**SINDICATOS PATRONAIS RURAIS *VERSUS*
SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DO
PARÁ.
NOVAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA***

Gutemberg Armando Diniz Guerra **

Resumo:

Este texto analisa as contradições entre duas classes sociais que se enfrentam no campo e materializam os seus enfrentamentos através de suas organizações, onde se expressam coletivamente, pressupondo interesses comuns aos que se agrupam sob a mesma organização. Embora tenhamos conhecimentos das diferenças internas a cada uma destas classes (Carvalho, 1987), vamos tentar resumir a compreensão que temos delas conforme passamos a descrever.

Palavras-chave: Sindicatos patronais rurais. Sindicatos de trabalhadores rurais. Representação política.

* O autor agradece a leitura e crítica dos doutores Rosa Elisabeth Acevedo Marin e Francisco de Assis Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, que muito contribuíram para a melhoria da qualidade deste texto, e assume como de sua total responsabilidade todos os defeitos que possam ser nele encontrados.

** Professor e Pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

1. Introdução

Este texto analisa as contradições entre duas classes sociais que se enfrentam no campo e materializam os seus enfrentamentos através de suas organizações, onde se expressam coletivamente, pressupondo interesses comuns aos que se agrupam sob a mesma organização. Embora tenhamos conhecimentos das diferenças internas a cada uma destas classes (Carvalho, 1987), vamos tentar resumir a compreensão que temos delas conforme passamos a descrever.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais agregam agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, arroz, milho, mandioca, fruteiras), em criações de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviço, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através dos excedentes dos seus cultivos. Assalariados rurais e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato, embora na região em estudo, a maioria é de posseiros e proprietários de menos de até três módulos rurais. Normalmente se autodenominam ou são denominados por seus aliados como sendo camponeses, lavradores, agricultores, produtores rurais, rurícolas, e são adjetivados como pequenos, mini, pobres, oprimidos. Neste trabalho procuraremos reduzir a utilização desta gama de sinônimos e adjetivações, embora *grande* e *pequeno* sejam qualificações das quais dificilmente conseguiremos fugir.

Nos Sindicatos Rurais ou Sindicatos de Produtores Rurais encontram-se agricultores e criadores que baseiam suas atividades na produção empresarial ou mercantil de culturas ou criações preferencialmente voltadas para o comércio, a indústria e exportação (seringueira, castanha, borracha, pimenta, soja, café, abacaxi, dendê, fruteiras em geral, bovinos e bubalinos). Essas atividades fundamentam-se na produção de larga escala e no assalariamento. Os membros desta categoria são normalmente proprietários ou detentores de grandes extensões de terras, o que lhes identificam na literatura sociológica adjetivados como grandes proprietários ou latifundiários. Nas organizações onde se fazem representar, o discurso é afirmativo de sua condição de proprietários, empresários e produtores, associando a idéia de atividade agrícola desenvolvida como produção industrial. Os princípios da lucratividade e eficiência regem esta categoria.

O que encontramos como pano de fundo para este trabalho é, portanto, a contradição entre a empresa familiar e a empresa capitalista (Martins, 1986, p. 16), ambas no mundo rural paraense. No espaço do simbólico, o que reivindicam para si é o atributo de proprietários, frequentemente precário tanto para latifundiários como para minifundistas. Depois das disputas na Constituinte de 1988, com os argumentos da função social da terra tomando corpo e sendo a referência, é a imagem de produtores que sobressai nos discursos, indicando outro elemento importante da mudança na estratégia das classes patronais rurais.

A representação política das categorias profissionais ou econômicas, no Brasil do século passado e início deste se expressam na literatura através de pessoas e não de entidades, o que pode ser ilustrado, no Norte do país, com a obra romanesca de Dalcídio Jurandir, através de personagens como

o coronel Coutinho e o vaqueiro Ramiro¹, ou de Inglês de Sousa², com o tenente-coronel Severino de Paiva Prestes e o tenente Ribeiro. A partir de 1930, o reconhecimento de categorias profissionais através de entidades de representação política e social vai generalizar-se e tomar corpo com a ascensão de Vargas, passando pelas décadas de 50 e 60, quando as Ligas Camponesas se manifestam. Esta forma de representação via entidades e movimentos se consolida, definitivamente, com os movimentos operários de São Paulo, no final da década de 70, o que podemos constatar endossando as teses de Sader (1988) e Doimo (1995)³.

No período inicial de suas estruturações, as organizações profissionais se constituíram para representar o mundo rural como um bloco homogêneo. O caráter classista, que viria a delimitar estas entidades nos anos 50 deste século, sempre teve suas fronteiras difusas. Quando se tratava de definir o corpo de associados, acabavam se restringindo aos que se encontravam no papel de comando, ou seja a contingentes explicitamente minoritários, embora os discursos expressassem promessas de proteção a todos os proprietários que se encontravam no mundo rural. O grande dilema do patronato rural se encontrava em incorporar ou não proprietários que não assalariavam, ou assalariavam temporariamente, situando-se na dita produção agrícola familiar ou camponesa.

Os pequenos proprietários, se organizaram desde os meados deste século XX em associações, uniões, ligas ou sindicatos de trabalhadores rurais, que se constituíam principalmente de assalariados, posseiros, arrendatários e outras situações presentes no meio rural. Estas categorias se caracterizam por uma relação jurídica instável no que diz respeito à posse da terra, o que favorece ao discurso atual dos proprietários em identificar os seus oponentes genericamente de *sem-terra*. Internamente aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as diferenças entre estas categorias sempre criaram dificuldades nos momentos mais agudos e que implicaram em decisões políticas.

A característica de contar ou não com empregados é geralmente associada ao tamanho da propriedade e volume de capital gerenciado, assim como a fatores culturais que findam por constituir categorias distintas. Porém, o tamanho da propriedade nem sempre define o volume de capital nela empregado, nem o comportamento do proprietário, o que deixa flexível o limite entre o patrão e o não-patrão. De fato, o maior problema é o do peso da representação política que pressupõe um corpo de associados, ou de representados que emprestam à qualquer entidade uma legitimidade em nome da qual ela age e se comporta.

Embora estatisticamente minoritários e geograficamente dispersos, os empresários rurais e fazendeiros fazem parte de uma categoria cujo peso específico se expressa vigorosamente em momentos críticos, como foi o caso da União democrática ruralista, entre 1985 e 1991, como demonstrou Fernandes (1993)⁴. De fato, os fazendeiros estão organizados desde o final do século

¹ JURANDIR, Dalcídio. Marajó. Belém, Ed. CEJUP, 1992.

² SOUSA, Inglês de. O coronel Sangrado. Belém, UFPa, 1968.

³ Estou concordando com estes autores no sentido de que os atores sociais passam a ser representados fundamentalmente por movimentos identificados sob grandes temas e buscando ampliar ao máximo as suas alianças.

⁴ FERNANDES, M. *Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terras no Pará: uma abordagem*

passado e início deste, em associações, sindicatos, sociedades e cooperativas⁵, mas somente depois da década de 40 deste a representação coletiva se torna visível na maioria das análises sociológicas.

Por necessidade de reforçarem suas representações políticas, sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos patronais, através de estratégias próprias, disputam pecuaristas e agricultores situados entre a produção agrícola familiar e a empresa agropecuária capitalista.

Recentemente, a criação massiva de Sindicatos de Produtores Rurais, substituindo os Sindicatos Rurais, nomeação vaga e usual das entidades patronais, indica uma nova estratégia de recrutamento e de fortalecimento do quadro social: disputar os pequenos e médios proprietários rurais em crise de consciência de classe⁶, associando-os sob a designação de Produtores Rurais e sedimentar uma cultura de fazendeiros-empresários modernos, ativos, organizados e legitimados por um quadro social definido e mobilizável.

Tomando o conceito de campo, de Bourdieu (1980, p. 113-120) como referência, verificamos uma delimitação clara de um espaço social de disputa entre sindicatos de trabalhadores e patronato rural. O confronto finda por circunscrever os atores em seus campos específicos (camponeses sem terra ou com pouca terra *versus* grandes proprietários rurais) e a fricção existente entre eles quando buscam ganhar novos adeptos e formas positivas de representação no imaginário da sociedade envolvente. Tanto camponeses como latifundiários ou empresários rurais apresentam-se como os responsáveis pela produção agrícola e o abastecimento da população em geral. No fundo, é esta marca – de produtores – que pretendem patentear, legitimando não apenas as suas organizações, mas todos os membros de sua categoria profissional ou econômica como uma totalidade.

A mudança do nome dos sindicatos e a intensificação da fundação de novas bases não representa, em si mesmas, uma modificação na qualidade das categorias representadas mas significa uma clara alteração da posição das entidades patronais no campo sindical. Elas assumem um caráter social diferenciado, superando a imagem pejorativa de latifundiárias, afirmando-se como produtoras. Por consequência, explicita os sem-terra e os assalariados como seus detratores e inimigos, impingindo-lhes a imagem (negativa) de invasores, marginais, ilegais, ameaçadores da paz e da propriedade. Nesta disputa, evidencia-se a propriedade ou não da terra como o divisor de águas entre os dois pretendentes ao título de produtores rurais. Para demonstrar esta hipótese nos servimos de dados colhidos no Pará, tanto entre as entidades patronais como entre os pequenos proprietários e associados dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

sobre a União Democrática Ruralista - UDR. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1993 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Ver também BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, nº 40, 1996, p. 69-90.

⁵ CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

⁶ Constituindo-se em uma categoria econômica definida e podendo se identificar com o patronato rural, os pequenos fazendeiros e proprietários oscilam entre os sindicatos de trabalhadores rurais e as organizações patronais, indicando que mesmo constituindo-se como uma categoria *em si*, carecem de consciência para se assumirem como tais, *para si*, e apresentando ou associando-se a projetos das classes dominantes. Sobre o conceito de consciência de classe ver Lukacs e Schaf (1973).

2. Breve Histórico das Organizações Rurais no Pará.

Tivemos a oportunidade de discutir a evolução do sindicalismo de trabalhadores rurais no Estado do Pará em trabalhos anteriores⁷, demonstrando que apesar da oficialização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais tenha ocorrido a partir da década de 50 deste século, houveram tentativas anteriores àquele período⁸. Tanto no período anterior à 1950 quanto depois, continuaram difusas as formas de caracterização destas organizações, tanto para pequenos agricultores como para outros de caráter patronal, em que pese o esforço de militantes políticos ligados ao Partido Comunista para a demarcação das classes antagônicas ali envolvidas. A criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, ULTAP, nos moldes da entidade nacional, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, ULTAB, procurava restringir o conceito de seus associados aos assalariados agrícolas não filiados a Sindicatos Rurais, aos lavradores pobres e médios, explicitando a exclusão aos latifundiários e seus herdeiros.

2. 1. As Organizações Patronais

Efetivamente os sindicatos patronais rurais e cooperativas, no Pará existem desde o início do século (A Lavoura Paraense, 1907). Na década de 40, eles são representados como Cooperativas Agrícolas e as Associações de Seringalistas da Amazônia (Fernandes, 1993, p. 107). Com o declínio da economia da borracha, a partir da década de 50 transformam-se em Associações Rurais. Em 08 de Setembro de 1951, sob a liderança do deputado José Reis Ferreira⁹, é criada a Federação da Agricultura do Pará - FAEPA, sucedendo à Federação das Associações Rurais do Pará. De 1964 a 1990, as entidades filiadas à FAEPA assumem a denominação de Sindicatos Rurais, obedecendo à caracterização definida no decreto lei 1.166, de 15 de abril de 1971 que enquadra as categorias econômicas ligadas à agricultura. Mudando apenas de nome, a continuidade das organizações patronais não parece ter sofrido com a repressão imposta nos diversos momentos da história do país, diversamente do que ocorreu com as entidades de trabalhadores (SADER, 1988:150). Desta maneira, podemos dizer que a mudança de nome de Associações para Sindicatos é feita como uma continuação e não como uma ruptura. Daí considerarmos a data de fundação das entidades patronais como a data da fundação das Associações.

A partir da década de 90, quase todas as organizações patronais rurais criadas no Pará adotam

⁷ GUERRA, G. A. D. & MARIN, R. E. A. Das Associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - O caso do Pará. *Cadernos do CEAS*. Salvador, 126, Mar/Abr/1990, 47-56. GUERRA, G.A.D., CHERCHEURS ET SYNDICALISTES POUR UN AUTRE DEVELOPPEMENT RURAL. L'expérience d'une recherche-action dans l'Etat du Pará - Brésil. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, 1999. Thèse de Doctorat (Sous la direction de Mme. Rose-Marie LAGRAVE).

⁸ FERNANDES, Op. cit.; 1993.

⁹ José Reis Ferreira, primeiro presidente da FAEPA, aparece em diversos documentos históricos e manifestações da classe patronal desde a década de 40 até os anos 80. Era ligado ao grupo do Ex-Interventor do Pará Manuel Barata.

o nome de Sindicatos de Produtores Rurais. Da listagem obtida junto a FAEPA, verifica-se como excessão apenas o sindicato de produtores rurais de Paragominas, embora fundado em 20 de março de 1976. O novo nome – Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas – explica-se pela fusão do antigo Sindicato Rural com a Associação Rural, ocorrida em 16 de março de 1997¹⁰.

Apenas o sindicato de Óbidos, ao contrário, tendo sido fundado em 23 de Junho de 1991, porta o nome de Sindicato Rural, embora o de Medicilândia - o primeiro que aparece com o novo modelo de nomeação -, tenha sido fundado no ano anterior em 24 de Abril de 1990. Segundo a Federação da Agricultura do Estado do Pará, deve-se atribuir a este fato uma característica dos momentos de transição, em que pesou a denominação mais usada na época¹¹.

Entre os associados da FAEPA encontramos ainda o Sindicato Paraense de Pecuária de Corte - SINDICORTE, fundado em 14 de Janeiro de 1994, contando com 54 sócios e, como indica a sua denominação, se propõe a uma jurisdição em todo o estado, porém delimitando uma especialização dos seus representados. Seus associados são fazendeiros criadores de gado de corte. No mesmo ramo, o Sindicato da Indústria da Carne e Derivados do Estado do Pará - Sindicarne, agrega donos de frigoríficos, indicando que uma linha de organização por atividade se estrutura no setor. A participação dos pecuaristas nas organizações patronais do Pará é notável desde a década de 40. O estudo de Fernandes (1993), sobre a UDR revela os níveis de sua influência durante todo o processo de ocupação da Amazônia e de constituição das categorias patronais deste estado. Esta característica das entidades patronais no Pará fica diluída nos termos que intitulam os sindicatos, mascarando qualquer tipo de especialização.

O que se verifica em uma observação mais detalhada é que existe uma relação entre a mudança dos nomes dos Sindicatos e as estratégias da categoria ou de quem as comanda. O advento dos militares marca o ordenamento jurídico e controle das organizações representativas, estejam elas no campo dos patrões ou dos não-patrões, a partir de então denominadas de sindicatos ao invés de associações. A rigidez dos termos que definiam as organizações rurais são expressões da manipulação política destas categorias.

A mudança de denominação de Associações Rurais para Sindicatos indica a intenção governamental de estabelecer diretrizes profissionalizantes segundo um modelo moderno de organização do trabalho. Considere-se que esta mudança ocorre no regime militar. Já a mudança de Sindicatos Rurais para Sindicatos de Produtores Rurais indica uma nova estratégia das organizações patronais na disputa por uma parcela de categoria difusa entre latifundiários, fazendeiros grandes, médios e alguns pequenos com aspirações empresariais. Neste caso, a alteração de nome ocorre em um momento de distensão política, após a Constituição de 1988, com os civis no poder. A mudança de nome é identificada por alguns autores como o prolongamento das táticas da União Democrática Ruralista - UDR, que incluiu na sua proposta o termo *reforma agrária* como um capítulo da política agrícola e mudou o discurso de proprietários de terras para o de produtor rural¹². Esta renomeação

¹⁰Ofício FAEPA n°. 144/98, de 25 de Junho de 1998.

¹¹Ofício FAEPA n°. 144/98, de 25 de Junho de 1998.

¹² SILVA, José Graziano da. Ao vencedor as batatas : as implicações da vitória da UDR na constituinte. *Ensaio*

desloca o ponto vulnerável por onde eram atacados para uma representação positiva, onde o reconhecimento e legitimidades sociais tornam-se mais evidentes. Esta estratégia pode ser objetivada não apenas pela observação das mudanças de nomes das organizações mas pela intensificação de sua proliferação e cobertura geográfica no estado. Demonstram também a mudança na natureza da representação patronal, composta anteriormente de poucos membros filiados a diretorias constituídas regionalmente, representadas por personalidades notáveis. O novo paradigma de entidades constituídas por uma base participativa, por um quadro social amplo, e por uma categoria mais concreta, define os novos parâmetros do investimento político das categorias patronais. Contrariando a tese de que as categorias dominadas tendem a assumir padrões das classes dominantes, neste caso são os padrões que assumem formas de militância política e de representações forjadas na democracia e pelo novo sindicalismo¹³. A eficiência política da sociedade civil no processo de democratização do país e, no caso dos STRs, a legitimidade que conseguiram expressar através de mobilizações frequentes, impõem aos seus concorrentes um paradigma de legitimação. Ter ou não ter base social é o ponto determinante desta legitimidade, ou, pelo menos, é um ponto importante no jogo político.

A lógica e ritmo de criação dos sindicatos patronais não obedeceram, no início ao mesmo diapasão dos sindicatos de trabalhadores rurais. O Pará passa, nas três últimas décadas, por um processo de ordenamento territorial intenso que interfere diretamente no comportamento das organizações representativas. Atualmente contando com 143 municípios, incluindo-se Belém, a capital, onde tradicionalmente os trabalhadores rurais não estão representados, os processos de criação, emancipação e desmembramentos continuam em andamento (ver quadro 1). O campo visado na nova estratégia dos Sindicatos Patronais são os pequenos e médios produtores, com entre 150 e 300 hectares, geralmente em crise de identidade com os sindicatos de trabalhadores rurais onde as questões trabalhistas tendem a proteger os posseiros, os sem-terra, os assalariados e pequenos produtores, estes também susceptíveis ao assalariamento temporário. Com o argumento de que proprietários, pequenos, médios ou grandes, pertencem à uma mesma categoria profissional, o investimento das organizações patronais têm obtido sucesso. De 17 sindicatos filiados à Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA, em 1981, eles eram 27 em 1988 e somam 107 atualmente, notando-se uma intensificação de fundações de sindicatos de pequenos e médios proprietários que *se sentem excluídos das organizações sindicais sob forte influência do Partido dos Trabalhadores*¹⁴. A consequência deste fortalecimento da representação dos sindicatos patronais no Pará tenderá a fazer voltar no tempo uma organização que tinha conseguido expandir suas bandeiras de lutas no conjunto da sociedade, estreitando o campo das reivindicações ao campo econômico. A FAEPA tem adotado, a partir de 1990, a mesma política da FETAGRI de criar uma entidade por município, segundo orientação da legislação em vigor e conforme pudemos deduzir pelos dados levantados. A novidade da criação destas entidades não se encontra somente na intensidade de fundações e na nova conformação do quadro social - basicamente

e Debates, 18-20, ago/nov, 1988.

¹³ O novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico se caracteriza por seu caráter reivindicativo e por propostas discutidas e alimentadas por um quadro social amplo. "A particularidade que marcou a corrente dos *autênticos* foi a sua capacidade de absorver as pressões das bases e conduzi-las pelo interior do aparelho sindical" (Sader, 1988, p. 182).

¹⁴ Este foi o argumento de uma liderança sindical patronal do município de Altamira.

de produtores médios. Fato notável é que este processo de mobilização pela FAEPA tem ocorrido em um quadro diferente daquele em que se deu a movimentação da UDR. Enquanto naquele caso a UDR mobilizou-se na perspectiva de interferir na Constituinte, principalmente mantendo as garantias concernentes à propriedade da terra, sob forte apelo da mídia, neste processo mais recente aqui descrito, ao contrário, ele ocorreu de maneira sistemática, silenciosa e longa.

Quadro 1. Evolução dos números de municípios, Sindicatos patronais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará. 1950-1998.

Ano	Nº. de Municípios	SR e SPR	STR
1960	60	8	-
1970	83	10	13
1980	83	17	72
1990	105	32	100
1998	143	107	129

Fontes: IBGE. Censos Gerais de 1950 a 1990 e contagem 1998, FETAGRI, CUT e DRT Pará. Dados organizados por Gutemberg Guerra.

Presente em 95 municípios através de sindicatos legalmente constituídos e com 12 comissões provisórias, a FAEPA cobre 107 municípios com sedes de entidades patronais. Por enquanto, algumas entidades servem a mais de um município, o que é perfeitamente compreensível dadas as dimensões do estado e a rarefação dos produtores desta categoria no espaço geográfico. Com uma base constituída de 10.693 associados computados pelos sindicatos já criados e com um contingente considerável sendo mobilizado pelas entidades em via de efetivação, a FAEPA pretende a curto e médio prazo, dobrar este número¹⁵. Verifica-se aqui uma tendência a buscar legitimidade na efetivação do quadro social, diferentemente do que ocorreu no período de manifestações da UDR, quando a tática era declarar números superestimados dos associados para *impressionar e intimidar* os seus opositores (FERNANDES, 1993:138). Os surtos de criações de entidades patronais superando a dinâmica das entidades de trabalhadores, pelo que conseguiu-se levantar, dão indicações históricas significativas. Nota-se um pico entre 1986 e 1989, quando as disputas pela Constituinte projetaram no cenário político nacional a questão agrária, e outro surto ainda mais vigoroso é identificado entre 1992 e 1997, quando a tônica é a disputa pelo crédito rural oferecido pelo Fundo Constitucional do Norte - FNO.

2.2. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais

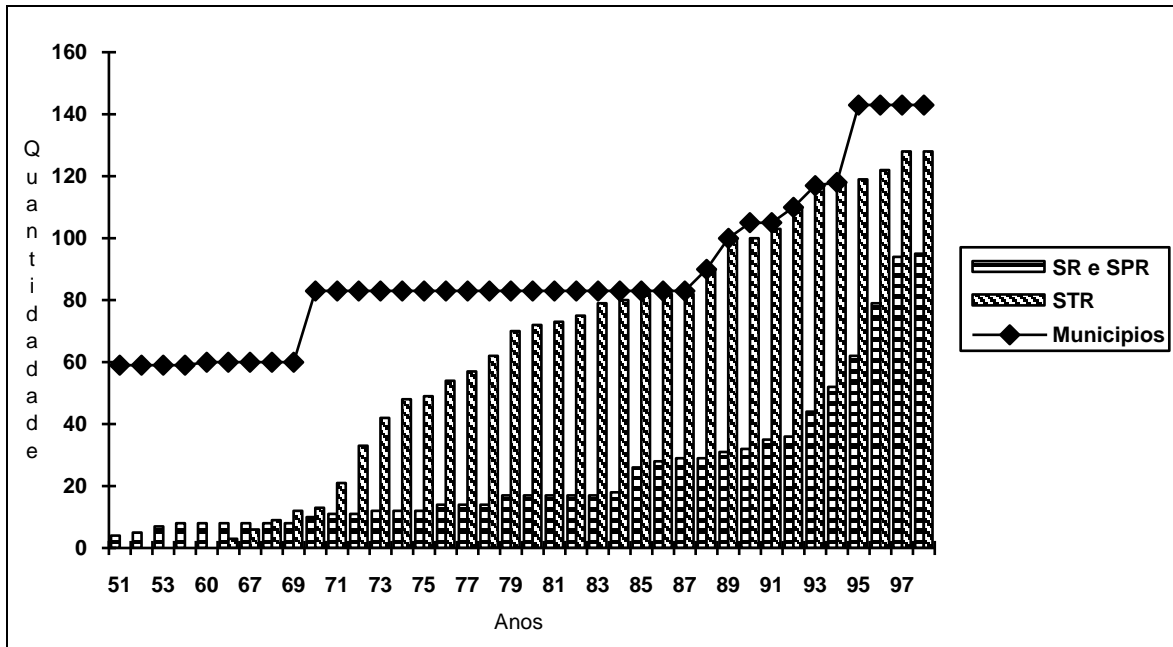
Quanto aos STRs eles são em número de 129, sendo a maioria deles historicamente filiados à FETAGRI, filiação que não define uma posição ideológica. De outra forma, 87 destes sindicatos estão filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, demonstrando uma tendência dos STRs à uma filiação à esquerda assim como uma influência efetiva nesta organização que conta, no seu total, 151 entidades filiadas. Ou seja, os STRs representam quase 60% (57,6%) das organizações que compõem a CUT no Pará. A importância deste dado é que, por exclusão, pode-se ter uma idéia dos STRs que estariam sujeitos ou vulneráveis às investidas¹⁶ das organizações patronais ou de partidos conservadores. A vinculação à CUT é um indicador de proximidade do Partido dos Trabalhadores. A

¹⁵ Ofício FAEPA nº. 109/98, de 27 de março de 1998. Existem 12 Comissões Provisórias pró-fundação dos Sindicatos de Produtores Rurais, 95 Sindicatos fundados sendo 30 com o nome de Sindicatos Rurais, 64 com o nome de Sindicato de Produtores Rurais e 1 Sindicato Paraense de Pecuária de Corte.

¹⁶ Os períodos de campanhas eleitorais, as campanhas de filiação, os movimentos em defesa de aspectos de interesse econômicos ou políticos, a busca de aposentadoria são algumas das formas de investidas que podem ser acionadas pelas organizações, sejam elas patronais ou não, para recrutar novos adeptos.

não adesão à CUT indica uma resistência ou uma oposição à prática sindical do chamado novo sindicalismo ou sindicalismo autêntico.

Gráfico 1. Número de Municípios, de Sindicatos Patronais e de Trabalhadores Rurais fundados entre 1951 e 1998.



O termo *rural*, embutido tanto nas denominações das entidades patronais quanto na de trabalhadores, abriga categorias difusas, misturando proprietários e posseiros, arrendatários e parceiros, oleiros, carpinteiros, professores rurais e assalariados desempenhando diversos níveis de atividades que possuam algum nível de fricção com a atividade agrícola. As indefinições começaram desde a criação das primeiras organizações profissionais no Brasil, quando se tentava evitar a explicitação da diferença de interesses entre as categorias. A primeira legislação que atinge os profissionais da agricultura e da indústria agrícola data de 1903, com o decreto 979 (Fuchtnner, 1980). Segundo Moraes Filho (1978) o começo da legislação trabalhista pelo campo se devia ao fato de termos naquele momento histórico uma sociedade eminentemente agrícola. Como esta reivindicação não estabelecia a distinção entre empregados e empregadores, os treze sindicatos fundados sob sua inspiração acabaram sob a hegemonia destes últimos e não tiveram longa duração. Em 1944, o decreto 7.038 restituiu o direito de organização em sindicatos, mas apenas oito deles são efetivamente reconhecidos, nos estados de Pernambuco, Bahia e Santa Catarina. É no governo João Goulart, através das portarias 209-A/25 e 355-A/20.11.62 que voltam a ser reconhecidos os sindicatos, ocorrendo um surto de fundações até o golpe de março de 1964.

No Pará, uma organização de produtores rurais existia desde 1951, pretendendo representar pequenos, médios e grande proprietários. Sofria porém manifestações de rejeição por associações de lavradores por estar claramente aliado aos grandes proprietários, conforme denunciado nos jornais da

época¹⁷. A organização dos fazendeiros, sob o comando do deputado Ferreira Reis dará origem à FAEPA, de caráter patronal no estado. Estas organizações, como veremos a seguir, sofrem do baixo número de filiados, de enormes dificuldades de mobilização e problemas de identidade enquanto grupo profissional.

Em 1956 se forma a primeira organização de lavradores, de caráter estadual tentando demarcar o caráter de classe desde os seus estatutos. Tratava-se da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará - ULTAP, inspirada na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, de nível nacional, capitaneada pelo Partido Comunista Brasileiro. Agregava assalariados agrícolas que estivessem filiados a sindicatos, o lavrador pobre, o lavrador médio e excluía os latifundiários e seus herdeiros. A mistura entre assalariados, pequenos e médios proprietários na mesma organização expressa a estratégia política adotada na época, em que se entendia que uma aliança entre operariado e pequenos proprietários poderia ser o caminho para um governo nacionalista e democrático (Almeida, 1981). Procuravam se pautar dentro da legalidade e combatiam as estratégias das ligas camponesas, mais agressivas e dispostas a ações diretas. O golpe de 1964 encerra esta fase e estabelece uma nova dinâmica onde o estado passa a controlar as organizações profissionais. Este contrôle, rígido no período inicial da ditadura militar (1964-1975) vai sendo flexibilizado pela sindicalismo reivindicativo que se consolida a partir do final da década de 70 e permanece até hoje.

3. A Disputa por um Campo Livre

Contraopondo-se aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais encontram-se os sindicatos patronais, imobilizados durante a maior parte do período mais recente pelos baixos contingentes de associados e por um individualismo presente no setor. Estes se mobilizam apenas nos momentos de pico das ameaças de redistribuição fundiária, quando setores conservadores se associam em defesa da propriedade e da manutenção da estrutura fundiária concentrada e desigual.

Organizações profissionais para atender demandas de caráter mais imediato estão surgindo no Pará, a partir da concessão do crédito oriundo do Fundo Constitucional para o Norte - FNO. Embora existam unidades regionais da FETAGRI em Marabá e Altamira, e pudéssemos atribuir esta mesma divisão administrativa para os produtores capitalistas, preferimos utilizar categorias concretas, como a URAPRA e o MPST em Altamira, e os sindicatos e associações de produtores agrupados segundo seus próprios critérios, tendo porém como referencial a identificação com a FAEPA ou FETAGRI, principalmente no caso de Marabá. Evitamos assim, artificializar as unidades de análise, uma vez que existem lógicas de configuração do espaço da disputa que não se circunscrevem exatamente às divisões administrativas.

A pressão feita sobre os bancos oficiais por crédito originou a possibilidade concreta de financiamentos coletivos, exigindo para isto a organização de associações. Multiplicam-se os grupos de agricultores e criadores formalizados conforme os requisitos bancários. As associações de médios e pequenos produtores formadas por comunidades ou grupos de interesse tiveram ampla e ativa

¹⁷ Folha do Norte, Belém, 08 de Janeiro e 14 de Fevereiro de 1956

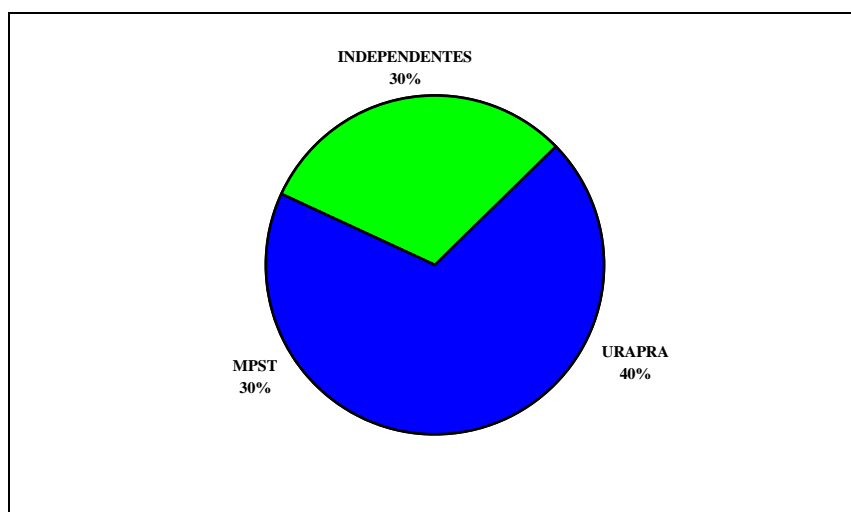
participação dos sindicalistas na sua orientação.

Em Altamira, em 1997, muitas das associações de produtores rurais estavam credenciadas junto ao Banco da Amazônia, BASA, por um aval do sindicato ou do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, MPST¹⁸. As que se encontram fora deste guarda-chuva sentem dificuldades de negociar o crédito de recursos do FNO, segundo informações dos dirigentes da União Ruralista das Associações de Produtores Rurais da Região de Altamira, URAPRA, o que teria sido a justificativa para que esta entidade fosse criada, em oposição ao MPST. Os dados colhidos junto ao BASA, MPST e URAPRA, em 1997, analisados em conjunto, negam esta afirmação. Listamos, a partir dos arquivos do MPST, 29 entidades que lhe são associadas, contando aproximadamente 6.971 associados. Nove (9) delas, entretanto, são sindicatos de artistas, professores e de trabalhadores rurais, desenvolvendo um trabalho de natureza política mais geral. Vinte (20) destas entidades, (30% do total das listadas) são associações de produtores ou cooperativas, somando 3.043 membros. A URAPRA teria, segundo seus documentos internos, vinte e seis (26), associações filiadas (correspondendo a 40% do total do universo) contando 3.187 membros, todas elas sendo cooperativas ou associações de produtores.

Esta clara polarização entre sindicatos e associações ligadas ao MPST e outros à URAPRA, em Altamira, nos permitiram a visualização de estratégias dos sindicatos de trabalhadores rurais e patronais nas disputas por um campo intermediário, indefinido ou não alinhado em uma ou outra agremiação. Em Marabá, até o momento da coleta de campo, não se encontrava a mesma condição para tal visualização, embora haja indícios de que o mesmo esteja ocorrendo. Realizando entrevistas sobre a percepção dos sindicalistas em relação ao campo desta disputa, na região de Marabá, as respostas eram de desaprovação e desagrado à criação de sindicatos de produtores rurais, envolvendo este campo intermediário dos sindicatos de trabalhadores e patronais. No STR de Marabá, a direção nos apresentou uma listagem contendo 52 associações de produtores existentes no município. Indagando sobre a filiação destas entidades verificou-se que existiam alianças circunstanciais, diferentemente de Altamira. Ou seja, associações identificadas pelo STR como afinadas politicamente com as classes patronais solicitaram e obtiveram o aval do Sindicato de Trabalhadores Rurais para os empréstimos bancários. No BASA de Marabá, obtivemos uma lista das entidades beneficiárias do crédito rural, porém a filiação destas não pode ser revelada pelo banco. Como não existem entidades federando às organizações de produtores como em Altamira, este quadro parece mais difuso em Marabá, exigindo um outro tipo de tratamento metodológico que permita delimitar os campos de influência de uma e outra categoria, o que não nos foi possível de realizar no âmbito deste trabalho.

¹⁸ O Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica foi criado em 1991, por entidades da Transamazônica, entre Pacajás e Rurópolis, envolvendo Sindicatos de Trabalhadores Rurais, profissionais da Educação, comerciantes e artistas.

Grafico 2. Universo das Associações de Produtores Rurais de Altamira e suas filiações.

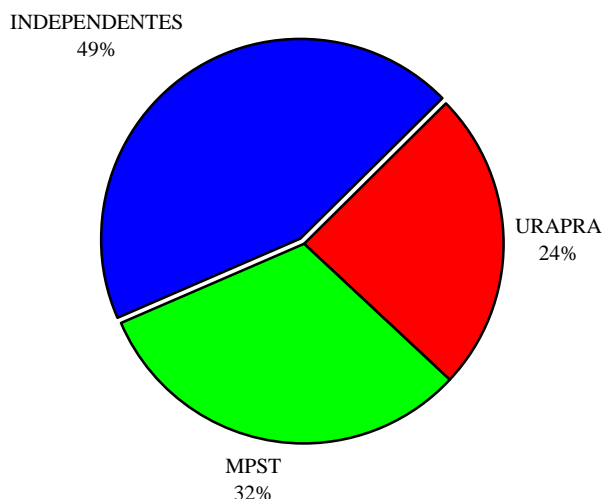


Fontes: MPST, URAPRA, BASA Altamira, 1997.

No BASA de Altamira verificamos a existência de vinte (20) outras associações credenciadas, independentemente do MPST ou da URAPRA, somando um total de 66 entidades constituídas exclusivamente de produtores rurais na região, ou seja 30% a mais do total que a soma das declaradas filiadas àquelas federações. Dos que se habilitaram ao crédito, entretanto, 41 entidades o obtiveram junto ao Banco da Amazônia sendo 13 ligadas ao MPST, 10 à URAPRA e 18 sem nenhuma ligação declarada à uma ou outra federação o que indica aproximadamente um espaço de pelo menos um terço das entidades ainda a serem disputadas politicamente por estas federações.

O que se pode verificar é que o domínio político das organizações ligadas ao MPST e a seus opositores abrigados na URAPRA ainda não está definido a favor de nenhum dos dois campos, uma vez que pelo menos um terço das organizações de pequenos e médios produtores não declaram filiação a nenhuma das duas correntes. Estes campos de influência se apresentam muito bem delimitados. Não encontramos nenhum caso de dupla filiação ao MPST e URAPRA, simultaneamente, demonstrando a exigência de exclusividade do alinhamento. Outro mito que fica desfeito com estes dados é o de que apenas as entidades ligadas ao MPST estariam tendo acesso ao crédito fornecido pelo FNO, conforme pressões e compromissos feitos pelo BASA quando das manifestações nos Gritos do Campo.

Gráfico 3. Associações de Produtores Rurais pertencentes ao MPST, à Urapra ou independentes, que obtiveram financiamentos do BASA, Altamira, 1997.



Fontes: FIBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1990 ; Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Federação da Agricultura do Estado do Pará.

Analisando-se a natureza destas duas federações (URAPRA e MPST), ainda que rivalizando no domínio das organizações agrícolas, o MPST se pretende mais amplo, agregando outras entidades com interesses diferentes dos que seriam exclusividade dos profissionais da agricultura organizados em sindicatos de trabalhadores rurais ou associações de produtores. O MPST é composto, além das organizações de produtores rurais, de entidades que congregam os trabalhadores da educação (professores, administradores de escolas, funcionários), artistas, associações de moradores, grupos comunitários. Mais uma vez se evidencia a tendência dos sindicatos de trabalhadores rurais desta região à ampliação de suas alianças e da composição heterogênea dos seus quadros. A URAPRA se pretende apenas como articuladora de interesses de produtores rurais, proprietários pequenos, médios e grandes e apresenta significativa adesão enquanto entidade. Restringindo-se a reivindicações e disputas no estrito campo da produção agrícola, recupera uma tradição corporativa no sentido mais estrito.

Quanto aos sindicatos de trabalhadores e de patrões rurais, estão por trás da mobilização para obtenção de crédito nos bancos, porém se desincumbem da execução desta função quando surgem entidades para este enfrentamento. Mantêm-se como juizes ou advogados dos pleitos destes grupos organizados por suas bases, e dedicam-se principalmente ao trabalho político, embora capitalizem com o aumento das contribuições sindicais advindas do aquecimento provocado pelo aumento da participação e contato com os filiados, de percentuais que lhes cabem enquanto representação

profissional, quando da coleta dos impostos.

A vertente política destas organizações se evidencia principalmente quando analisamos os períodos de intensificação de suas criações, aos quais podemos atribuir, em consequência, uma maior taxa de aumento dos seus associados. Os STRs indicam picos de fundações mais elevados entre 1971 e 76, quando o governo militar investiu no controle destas organizações. Entre 78 e 80 um novo surto ocorre, com a retomada da política sindical pelo militantismo das bases e se renova no período 87 a 90, coincidindo com a aprovação da Constituinte e com a criação de novos municípios. Quanto aos sindicatos patronais, uma maior frequência de fundações no período 84 e 85 e um salto enorme entre 92 a 97, indicam uma nova conformação desta categoria.

4. Conclusão

Uma nova conformação política das entidades patronais no estado do Pará vem se delineando desde o início desta década, estabelecendo uma nova configuração da disputa entre entidades patronais e de trabalhadores por um campo intermediário entre empregados e empregadores. Trata-se da larga faixa, sem representação política, dos médios proprietários rurais, até então passíveis de serem associados em uma ou outra entidade. Nesta disputa, ganha terreno os Sindicatos de Produtores Rurais, nova denominação dos sindicatos patronais. Esta nova denominação coloca em relevo o caráter econômico da categoria e de suas reivindicações, escondendo, de outro lado, o caráter especulativo e estigmatizado de grandes proprietários de terras e latifundiários. A força que o Movimento dos Sem-Terra e os conflitos pela terra no Pará assumiram deixam claro no discurso que a propriedade da terra é um elemento que aparece na disputa no espaço simbólico, mas a imagem de produtores de alimentos ganha força e tem se constituído na expressão mais evidente nas denominações das organizações patronais. O antagonismo com os pequenos proprietários e outras categorias profissionais dominadas se estabelece, desta forma, por uma qualificação positiva, delimitando uma fronteira imaginária entre produtores e não-produtores.

Os líderes dos sindicatos de trabalhadores rurais, embora identifiquem este avanço da organização das categorias patronais, não têm conseguido ir além do discurso da denúncia e protesto, neste caso inócuo para conter o avanço do crescimento de seus contrários.

O resultado desta estratégia é a constituição de uma nova base social dos sindicatos patronais, legitimando quantitativa e qualitativamente as suas organizações, estabelecendo uma imagem positiva desta categoria e enfraquecendo a representação camponesa pela adesão de uma faixa de produtores anteriormente indecisos e indefinidos no campo político e sindical.

Este novo quadro oferece novas questões aos militantes e estudiosos do sindicalismo rural em geral, e em particular na Amazônia. Como os STRs estão se preparando para enfrentar esta nova tática dos fazendeiros? Esta modificação no campo político estaria induzindo ou não a novas definições na base sindical dos STRs, e quais seriam elas? Esta guerra por novas posições redefine a propriedade da terra e o assalariamento como campos opostos, independente do tamanho da área e do volume de recursos mobilizados pelos fazendeiros? Estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre estas questões encontram-se em andamento para buscar respostas a estas interrogações.

Referências

- A LAVOURA PARAENSE. Boletim Oficial da 4ª Secção de Agricultura. Secretaria de Obras Públicas Terras e Viação. Belém, 1907 a 1912.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Autonomia e Mobilização política dos camponeses no Maranhão. São Luís, CPT Maranhão, 1981 (Série **Transformações econômicas e sociais no campo Maranhense**, n.º. 5).
- BOURDIEU, Pierre. Questions de sociologie. Paris, Editions de Minuit, 1980.
- BRUNO, Regina. Revisitando a UDR : ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n.º 40, 1996. 69-90.
- CARVALHO, Horácio Martins. Estrutura das classes sociais no campo. BONIN, Anamaria Aimoré ; FERREIRA, A. D. D. ; HESL, C. M. V. ; CARVALHO, H. M. ; TORRENS, J. C. e KERSTEN, M. S. de **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, Sientia et Labor. Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987.
- CONGRESSO AGRÍCOLA. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- FERNANDES, Marcionila. **Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terras no Pará: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista - UDR**. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1993 (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento).
- FUCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política**. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil - 1950. Estado do Pará. Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1956. Série Regional, V. X, T. 1.
- _____. **Censo Demográfico de 1960. Acre - Amazonas - Pará. VII Recenseamento Geral do Brasil**. Série Regional, V. I; T. II, 1a. parte. Rio de Janeiro, IBGE, set/1967.
- _____. **Censo Demográfico Pará. VIII Recenseamento Geral 1970**. Serie Regional, V. I; T. IV. Rio de Janeiro, FIBGE, 1973.
- _____. **Censo Demográfico. Dados Gerais. Migrações, Instrução, Fecundidade, Mortalidade. Pará. IX Recenseamento Geral do Brasil**. V. I; T. 4, N.º. 6. Rio de Janeiro, FIBGE, 1983.
- _____. **Censo Demográfico 1991. Resultados do Universo Relativos às características da população e dos domicílios. N.º. 7. Pará**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1994.
- GUERRA, G. A. D. & MARIN, R. E. A. Das Associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - O caso do Pará. **Cadernos do CEAS**. Salvador, 126, Mar/Abr/1990, 47-56.
- GUERRA, G.A.D., **CHERCHEURS ET SYNDICALISTES POUR UN AUTRE DEVELOPPEMENT RURAL. L'expérience d'une recherche-action dans l'Etat du Pará - Brésil**. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre d'Etudes des Mouvements Sociaux, 1999. Thèse de Doctorat (Sous la direction de Mme. Rose-Marie LAGRAVE).
- JURANDIR, Dalcídio. **Marajó**. Belém, Ed. CEJUP, 1992.
- LUKACS, Georg e SCHAFF, Adam. **Sobre o conceito de consciência de classe**. 3ed. Porto, Publicações Escorpião, 1973.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. **O problema do Sindicato único do Brasil**. São Paulo, Alfa Omega,

1978.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SILVA, José Graziano da. Ao vencedor as batatas: as implicações da vitória da UDR na constituinte. **Ensaio e Debates**, 18-20, ago/nov, 1988.

SOUSA, Inglês de. **O Coronel Sangrado.** Belém, UFPA, 1968.